

Demonstrações Financeiras

João Pinheiro Solar Ltda.

(Órigo Energia)

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Período Findo em 31 de dezembro de 2023



João Pinheiro Solar Ltda.

**Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
João Pinheiro Solar Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da João Pinheiro Solar Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da João Pinheiro Solar Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, a qual descreve a existência de volumes relevantes de saldos e transações com partes relacionadas. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras deve levar em consideração essa circunstância. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Certificados de Recebíveis Imobiliários - reconhecimento e mensuração

Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Sociedade captou recursos financeiros, durante o exercício de 2021, por meio de cessão de créditos imobiliários que deram base à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”). Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a pagar referente aos CRIs é de R\$77.216 mil.

O reconhecimento e desreconhecimento de passivos e ativos financeiros referentes ao empréstimo captado por meio da cessão de créditos imobiliários e emissão dos CRIs, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - “Financial Instruments”), requerem o exercício de julgamento significativo sobre retenção de riscos e benefícios, controle sobre ativos, reconhecimento de garantias, entre outros aspectos. Adicionalmente, o referido instrumento de dívida possui cláusulas restritivas que requerem o atendimento a determinadas condições e outras obrigações não financeiras. A captação de recursos por meio dos CRIs tem como objetivo o financiamento da construção das usinas de geração fotovoltaica. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos o reconhecimento e a mensuração dos passivos e ativos referentes aos CRIs como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros relacionados aos CRIs; (ii) leitura dos contratos e demais documentos de suporte da operação; (iii) testes substantivos relacionados aos valores captados, bem como das receitas e despesas referentes aos CRIs reconhecidas no resultado do exercício; (iv) checagens de fontes externas para a confirmação de quantidades de certificados e valores; e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de reconhecimento e mensuração dos passivos e ativos relativos aos CRIs, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

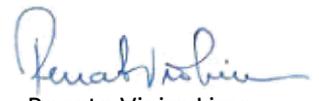
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.641	255
Partes relacionadas	5	11.634	3.926
Outros ativos		1.338	50
Total do ativo circulante		15.613	4.231
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	16.017	16.017
Imobilizado	7	57.552	60.911
Direito de uso de ativo	8	6.318	6.504
Despesa antecipada	9	1.242	1.681
Total do ativo não circulante		81.129	85.113
TOTAL DO ATIVO		96.742	89.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		201	69
Empréstimos e financiamentos	10	3.314	4.684
Partes relacionadas	5	3.034	-
Passivo de arrendamento	8	971	955
Obrigações tributárias		607	848
Total do passivo circulante		8.127	6.556
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	73.902	76.098
Partes relacionadas	5	11.338	7.162
Passivo de arrendamento	8	6.342	6.306
Total do passivo não circulante		91.582	89.566
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	6.093	6.093
Reservas de capital		-	90
Prejuízos acumulados		(9.060)	(12.961)
Total do patrimônio líquido		(2.967)	(6.778)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		96.742	89.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Pinheiro Solar Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)



	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	12	17.004	9.655
Custos dos serviços prestados	13	(2.569)	(1.909)
Lucro bruto		14.435	7.746
Despesas operacionais			
Despesas gerais, administrativas e vendas	13	(41)	(823)
		(41)	(823)
Lucro antes do resultado financeiro		14.394	6.923
Receitas financeiras	14	1.778	2.145
Despesas financeiras	14	(9.982)	(14.755)
Resultado financeiro líquido		(8.204)	(12.610)
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		6.190	(5.687)
Imposto de renda e contribuição social		(2.379)	(1.701)
Lucro / (Prejuízo) do exercício		3.811	(7.388)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Pinheiro Solar Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)



	2023	2022
Lucro / (Prejuízo) do exercício	3.811	(7.388)
Resultado abrangente do exercício	<u>3.811</u>	<u>(7.388)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Pinheiro Solar Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)



	Nota	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva Legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>6.072</u>	<u>21</u>	<u>90</u>	<u>(5.573)</u>	<u>610</u>
Aumento de capital	11	21	(21)	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(7.388)	(7.388)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>6.093</u>	<u>-</u>	<u>90</u>	<u>(12.961)</u>	<u>(6.778)</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.811	3.811
Compensação de prejuízos com reservas		-	-	(90)	90	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>6.093</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.060)</u>	<u>(2.967)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Pinheiro Solar Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)



	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro / (Prejuízo) do exercício		3.811	(7.388)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	7, 8 e 9	2.714	2.220
Juros sobre empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento	5, 8 e 10	12.737	18.249
		19.262	13.081
Variações dos ativos e passivos operacionais			
Outros créditos		(1.288)	224
Despesa antecipada		-	(534)
Fornecedores		132	(830)
Impostos e tributos a recolher		2.162	1.407
Partes relacionadas		(4.055)	(1.005)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos		(8.866)	(8.843)
Imposto de renda e contribuição social, pagos		(2.403)	(615)
		(14.318)	(10.196)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.944	2.885
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	7	(2.005)	(7.034)
Caixa restrito		-	5.097
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(2.005)	(1.937)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de mútuo com partes relacionadas		5.919	4.342
Amortização de empréstimos e financiamentos		(6.472)	(6.049)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		-	(133)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(553)	(1.840)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		2.386	(892)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		255	1.147
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.641	255
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		2.386	(892)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A João Pinheiro Solar Ltda. (“Empresa” ou “Companhia”), constituída em 24 de março de 2017, possui como sócias/quotistas a EBES Sistemas de Energia S.A. controladora com 99,999% das quotas e Finco Assessoria Financeira Ltda. com participação de 0,001%. A Empresa tem a sua sede instalada na Rodovia BR 040, KM 132, bairro / distrito João Pinheiro, município João Pinheiro - MG, CEP 38.770-000.

A Empresa tem por atividade econômica principal a locação de usinas de geração de energia elétrica oriunda de fonte solar.

A Empresa atua desenvolvendo projetos de implantação e operação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs). Uma vez construída e estabelecida a UFV, a Empresa aluga os ativos de geração implantados nas UFVs para Consórcios e/ou Cooperativas, compostos por pessoas físicas e jurídicas, consumidores de energia. Os consórcios ou cooperativas compartilham os direitos econômicos das UFVs entre consorciados ou cooperados, conforme o caso, e se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada, visando se beneficiarem da geração energética correspondente junto às Empresas distribuidoras de energia, através de desconto em suas contas de energia. Desta forma, a receita auferida pela Empresa provém dos aluguéis pagos pelos consórcios e cooperativas, provenientes da locação das UFVs.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía 14,6 MWp(*) (12,6 MWp em 2022), conectados e operando através das UFVs instaladas na matriz e em suas filiais objetos de emissão de Certificado de recebíveis imobiliários (CRI), conforme detalhado abaixo:

	MWp Conectados	
	2023	2022
João Pinheiro - 841	1,2	1,2
Monte Carmelo - 344	3,3	3,3
Monte Carmelo - 379	3,3	3,3
Frutal - 228	3,3	3,3
Jequitinhonha - 145	3,4	1,3
	14,6	12,6

Cidade	Fazenda	Mwp	Status	Data conexão
JEQUITINHONHA	Jequitinhonha - 83145 - Fase I	1,3	EM OPERAÇÃO	set/22
JOÃO PINHEIRO	João Pinheiro - 06841	1,2	EM OPERAÇÃO	out/17
MONTE CARMELO	Monte Carmelo - 26344	3,3	EM OPERAÇÃO	set/21
MONTE CARMELO	Monte Carmelo - 37379	3,3	EM OPERAÇÃO	jan/22
FRUTAL	Frutal - 21228	3,3	EM OPERAÇÃO	mar/22
JEQUITINHONHA	Jequitinhonha - 83145 - Fase II	2,0	EM OPERAÇÃO	mar/23

Em 31 de dezembro de 2023 não há fazendas em fase pré-operacional.

(*) Unidade de produção energética igual a energia produzida pela operação contínua de um megawatt de capacidade durante um período de tempo. MWac é a potência nominal e MWp a potência pico de placas.

Situação Financeira

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa apresenta capital circulante líquido positivo de R\$7.486 (R\$2.325 negativo em 31 de dezembro de 2022) e patrimônio líquido negativo de R\$2.967 em 31 de dezembro de 2023 (R\$6.778 de patrimônio líquido negativo em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, a Empresa tem saldo de prejuízos acumulados de R\$9.060 em 31 de dezembro de 2023 (Prejuízo acumulado de R\$12.961 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, o fluxo de caixa das atividades operacionais foi de R\$4.944 positivo (R\$2.885 positivo em 31 de dezembro de 2022).

Ainda, salientamos que as despesas financeiras somam R\$9.982 em 31 de dezembro de 2023, (R\$14.755 em 31 de dezembro de 2022) e estão diretamente relacionadas aos instrumentos de dívidas captados pela Empresa para financiar a construção das fazendas solares e garantir a expansão da capacidade de geração de energia compartilhada.

Com as fazendas já conectadas e com a capacidade inicial instalada de 14,6 MWp, a Empresa deve aumentar significativamente suas receitas recorrentes, atingir o equilíbrio no resultado operacional e assim reverter a situação financeira apresentada. O planejamento da Empresa para os próximos anos é continuar investindo em fontes de energia renováveis, expandido seus negócios e tendo como missão massificar o consumo de energia renovável no Brasil.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras, a Diretoria avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Diretoria em relação ao futuro da Empresa, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Empresa prepara rotineiramente no decorrer de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, que detalham os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Empresa. Estes planos são acompanhados durante o exercício pela Diretoria da Empresa, podendo sofrer alterações.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards” (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB)), e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Empresa, conforme Orientação Técnica OCPC 07(R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 26 de abril de 2024.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras da Empresa, salvo disposição em contrário.

2.3.1 Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

A Empresa realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo.

Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas” ou “Custos” respectivamente, no período em que ocorrem.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Empresa incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários e partes relacionadas.

Os passivos financeiros da Empresa incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e partes relacionadas.

A Empresa não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A “provisão para perdas de crédito esperada”, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações, os títulos vencidos há mais de 60 dias, e a base de experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Partes relacionadas

Incluem os faturamentos de locação das UFVs para os consórcios e cooperativas registrado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como partes relacionadas, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo, são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros, pelo fato de o partes relacionadas ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, dentre outros.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pela Empresa, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

Seguindo as premissas do CPC 08 (R1) / IAS 32 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciar o valor líquido recebido, sob a rubrica de custos a amortizar.

Capitalização de custos de empréstimos

Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Empresa relativos ao empréstimo. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificadas no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

2.3.2 Arrendamentos

A Empresa como arrendatário

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, a Empresa aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar, que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Direito de uso de ativos

A Empresa reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Premissas para o reconhecimento

A Empresa reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamento considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma.
- (iii) A Empresa não considera aspectos de renovação em sua metodologia, em razão dos ativos destinados a operação terem a possibilidade de serem substituídos por atualização de futuras tecnologias afetando diretamente a condução dos negócios, e alterando a forma no qual são operados.
- (iv) Contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados.
- (v) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (vi) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vii) A taxa de desconto utilizada é de 16,40% a.a. e 23,76% a.a. em 2023 e 2022, respectivamente, alterando de acordo com o prazo de vencimento de cada contrato de arrendamento, calculada ao adicionar sobre a última disponibilização da curva DI x pré de 28/12/2023 o spread de crédito incidente sobre a emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), para o período de 25 a 30 anos.
- (viii) Prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento.
- (ix) Além de taxa livre de risco, foi considerado o risco de crédito da Empresa.
- (x) Ambiente econômico similar - risco de crédito da Empresa, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.

As operações de arrendamento da Empresa em vigência em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Empresa como arrendadora

A Empresa atua como arrendadora, locando essas UFVs para os consórcios e cooperativas, e não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

2.3.3 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados, quando elegíveis, até a finalização da construção dos ativos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação dos ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, ou durante a vigência dos contratos de locação de direito de uso das superfícies onde as usinas fotovoltaicas estão construídas, dos dois o menor. Referidos contratos de locação possuem uma vigência de 25 a 30 anos, e a vida útil estimada dos equipamentos é como segue:

	Vida útil (anos)	
	2023	2022
Máquinas e equipamentos solar	25-30	25-30

No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O valor contábil de um ativo imobilizado é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.3.5). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.3.4 Despesa antecipada

A Empresa capitalizou os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente como despesa antecipada, tendo em vista que gerarão benefícios econômicos futuros.

Os valores capitalizados compreendem os gastos com comissão, conforme o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. A taxa de amortização foi definida com base no giro médio da carteira de clientes.

2.3.5 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

Em linha com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, com vida útil determinada, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Isto posto, a cada encerramento do exercício, a Empresa revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

A Empresa avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

O valor recuperável de cada uma das UFVs, que é a unidade geradora de caixa, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pelo conselho de administração, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica durante um período de vinte e cinco anos. A taxa de desconto antes de tributos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 15% a.a. (15% em 2022). A taxa de crescimento considerado para as despesas e receitas foi o IPCA. As projeções consideram a inflação projetada dos contratos de locação, sem taxa de crescimento real. Foi concluído que o valor justo líquido das despesas não excedeu o valor em uso.

Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de dezembro de 2023, a Empresa calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável do ativo. A conclusão da Administração é que não há uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

2.3.6 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Receita de locação

Receita da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) para consórcios ou cooperativas de consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia) que compartilham os direitos econômicos destes ativos. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento de 25 a 30 anos.

2.3.7 Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias.

A Empresa adota o regime tributário lucro presumido, calculados pelas alíquotas regulares de 32% de presunção de lucro, e sobre os 32% incidem 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

2.3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Empresa possuir uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.3.9 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

2.3.10 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Empresa aplicou pela primeira vez os pronunciamentos vigentes e alterações, a partir de 1º de janeiro de 2023. A Empresa não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações à IAS 1: Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade

As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os termos 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. São consideradas materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações das demonstrações financeiras, puderem influenciar razoavelmente as decisões dos principais usuários. Políticas relacionadas às transações imateriais não precisam ser divulgadas. As políticas podem ser relevantes devido à sua natureza mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém nem todas as informações de políticas relevantes, são materiais por si só.

Substituição do CPC 11 (IFRS 4) para o CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguro

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. Essas alterações não impactaram as demonstrações da Empresa.

Alterações à IAS 1e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 12 e CPC 32: Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos resultantes de uma Única Transação

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Empresa não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. Essas alterações não impactaram as demonstrações da Empresa.

Alterações à IAS 12: Tributos sobre o Lucro - Reforma Tributária Internacional - Regra do Modelo do Pilar Dois

As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Essas alterações não impactaram as demonstrações da Empresa.

Alterações à IAS 8: Definição de Estimativas Contábeis

As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

2.3.11 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2): Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto;
- Alterações à IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações à IAS 1: Passivo Não Circulante com *Covenants*;
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7: Acordos de Financiamento de Fornecedores;
- Alterações à IFRS 16: Passivo de arrendamento em uma transação de “*Sale and Leaseback*”.

A Empresa está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações financeiras.

3 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Empresa forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

- Vida útil do ativo imobilizado: Nota 2.3.3.
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.3.5.
- Provisão para demandas judiciais: Nota 15.

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, dentre outros, que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos contratados pela Empresa.

- Arrendamentos Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Nota 2.3.2.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Bancos conta movimento	6	255
Aplicações financeiras (*)	2.635	-
	<u>2.641</u>	<u>255</u>

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)



(*) As aplicações financeiras possuem liquidez diária, indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), remuneradas a taxas de até 98% do CDI em 31 de dezembro de 2023. (Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa não possuía saldo de aplicação financeira).

5 PARTES RELACIONADAS

a) Saldos

Ativo Circulante	2023	2022
Cientes Intercompany		
Melgaço Geração de Energia 31 Ltda	3.330	339
Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda	24	-
Cooperativa Órigo Geração Distribuída (COGD)	7.916	3.328
Consórcio Inconfidentes	364	259
	11.634	3.926

O saldo de duplicatas a receber com clientes intercompany, refere-se a venda de imobilizado, realizado a valor de custo sem ganho de capital.

O saldo de duplicatas a receber com a Cooperativa Órigo Geração Distribuída e Consórcio Inconfidentes, refere-se a receita de locação dos ativos de micro e minigeração de energia.

Passivo Circulante	2023	2022
Ebes Sistemas de Energia		
Fornecedores Intercompany	3.034	2.708
Mútuo	10.261	4.342
Juros	1.077	112
	14.372	7.162

O saldo de fornecedores e as transações de compras correspondem a aquisição dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas (módulos/inversores) entre a Empresa e sua controladora, sem margem, tendo em vista que somente a controladora possui registros para importação dos equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía saldos de partes relacionadas em aberto com a controladora Ebes Sistemas de Energia S.A., sem vencimento definido e taxa de juros de 1%, sujeito a liquidação prévia ou repactuação das condições formalizadas.

b) Transações

Durante o exercício a entidade realizou as seguintes transações comerciais com partes relacionadas:

	2023		2022	
	Aquisição de produtos	Receita de locação	Aquisição de produtos	Receita de locação
Ebes Sistemas de Energia S.A.	-	-	7.931	-
Cooperativa Órigo Geração Distribuída (COGD)	-	16.585	-	9.016
Consórcio Inconfidentes	-	1.063	-	1.004

c) Remuneração da Diretoria

A remuneração da Diretoria inclui benefícios de curto prazo, tais como salários, os encargos sociais e bônus. A remuneração da Diretoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é paga diretamente pela controladora da Empresa.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em fevereiro de 2021, foi realizada a 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), no montante de R\$80.083 com distribuição pública, sendo R\$64.067 de CRI Seniores e R\$16.017 de CRI Subordinado, nos termos da Instrução CVM 60 e Instrução CVM 160, com vencimento em 28 de março de 2031 e 28 de março de 2036, respectivamente, vide Nota 10.

A Empresa detém a totalidade das cotas subordinadas, que totalizam R\$ 16.017, correspondente ao montante de principal e juros em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 16.017 em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2022
Certificados de recebíveis imobiliários – CRI	16.017	16.017
	16.017	16.017

7 IMOBILIZADO

a) Saldos

	Taxa média anual de depreciação - %	2023			2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos		27	-	27	-	-	-
Móveis e utensílios		1	-	1	-	-	-
Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar (i)	4	61.550	(4.513)	57.037	56.989	(2.476)	54.513
Usina em Construção - Fazenda Solar (ii)		487	-	487	6.398	-	6.398
Total		62.065	(4.513)	57.552	63.387	(2.476)	60.911

(i) Refere-se às UFVs, equipamentos de propriedade da Empresa que são locados aos consórcios de geração de energia. O prazo de depreciação das UFVs é analisado levando-se em consideração o prazo da escritura de direito de superfície da terra, onde está instalada a UFV, e o laudo técnico de vida útil dos equipamentos. Dos dois prazos é considerado o menor.

(ii) Refere-se às UFVs e adiantamento intercompany para a compra de equipamentos de propriedade da Empresa que estão em construção e ainda não foram conectadas.

b) Movimentação

	Maquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Fazenda Solar Locadas	Construções em andamento Usina Solar	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	17.842	37.527	55.369
Adições	-	-	5.054	1.980	7.034
Depreciação	-	-	(1.492)	-	(1.492)
Transferências	-	-	33.109	(33.109)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	54.513	6.398	60.911
Adições	28	1	1.018	958	2.005
Depreciação	(1)	-	(2.038)	-	(2.039)
Baixas	-	-	-	(3.325)	(3.325)
Transferências	-	-	3.544	(3.544)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	27	1	57.037	487	57.552

Em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados R\$514 de juros aos ativos em construção (R\$4.083 em 31 de dezembro de 2022).

A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização em 31 de dezembro de 2023 foi de 5% (24% em 31 de dezembro de 2022).

A totalidade das máquinas e equipamentos (fazenda solar) locados e em construção da Empresa foi dada em garantia de empréstimos e financiamentos.

Apesar do cenário da situação financeira da Empresa descritos na Nota 1, a Administração concluiu que não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos da Empresa.

8 DIREITO DE USO DE ATIVO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Direito de uso

	Terrenos
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.576
Adições	542
Atualizações	571
Baixas	(2.863)
Depreciação	(322)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.504
Atualizações	51
Depreciação	(237)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.318

b) Passivo de arrendamento

	Arrendamento (IFRS16)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.146
Adições	542
Atualizações	760
Baixas	(3.150)
Pagamento - principal	(36)
Pagamento - juros	(1.291)
Juros incorridos	1.291
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.262
Atualizações	90
Pagamento - principal	(39)
Pagamento - juros	(905)
Juros incorridos	905
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.313

9 DESPESA ANTECIPADA

	Comissão (CPC47) (a)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.554
Adições	534
Amortização	(407)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.681
Amortização	(439)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.242

(a) Refere-se aos gastos de comissões incorridos para aquisição de contratos de clientes, conforme o CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2023	2022
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	84.803	87.969
(-) Custos de transação a apropriar	(2.448)	(2.549)
(-) Valores Retidos (Securizadora)	(5.139)	(4.638)
	77.216	80.782
Circulante	3.314	4.944
Não circulante	73.902	75.838
	77.216	80.782

Em fevereiro de 2021, foi realizada a 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), no montante de R\$80.083 com distribuição pública, dos quais R\$64.067 de CRI Seniores e R\$16.017 de CRI Subordinado (Nota 6), nos termos da Instrução CVM 60 e Instrução CVM 160, com vencimento em 28 de março de 2031 e 28 de março de 2036, respectivamente.

O instrumento de CRI, emitido para financiamento das fazendas solares, possui enquanto garantia alienação de direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas, e alienação fiduciária de equipamentos, além de garantia de natureza fidejussória pela controladora EBES Sistemas de Energia. As subscrições, integralizações e liberações dos recursos do instrumento ocorreram em observância aos prazos, termos e condições descritos nos documentos da operação. O instrumento de CRI é composto por certificados de recebíveis imobiliários Seniores e Subordinados, tendo estes últimos sido adquiridos pela Empresa, conforme Nota 6.

A taxa de juros fixa remuneratória do CRI equivale a 10%, acrescida de atualização monetária do IPCA. Como lastro da operação de cessão dos créditos, foi considerado o percentual de até 88,9% dos aluguéis a receber pela Empresa.

Os recursos foram integralmente transferidos para a Empresa, com exceção de valores retidos, conforme estabelecido em contrato. Em 31 de dezembro de 2023 para garantia de pagamento de juros, principal e despesas durante a vigência do contrato, o valor retido apresentava o montante de R\$5.138. Este saldo está sendo apresentado como redutor do valor total da dívida de R\$84.803.

Movimentação - 2023

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	31/12/2022	Captações	Provisão de juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2023	Circulante	Não circulante
CRI I	IPCA + 10% - 15,58% a.a.	BRL	mar/36	87.969	-	10.867	(7.961)	(6.072)	84.803	6.812	77.991

Movimentação - 2022

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	31/12/2021	Captações	Provisão de juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2022	Circulante	Não circulante
CRI I	IPCA + 10% - 15,58% a.a.	BRL	mar/36	80.156	-	16.776	(7.552)	(1.411)	87.969	9.524	78.445

Cronograma de liquidação

O cronograma de pagamento das parcelas dos empréstimos e financiamentos do não circulante está demonstrado abaixo:

Vencimento	
2025	9.513
2026	10.529
2027	11.529
2028	12.671
2029	13.949
2030 - 2036	19.800
	77.991

Cláusulas restritivas (“covenants”)

A Empresa possui contratos de empréstimo que detém cláusulas restritivas (*covenants*) não financeiros, cujo descumprimento pode resultar, no vencimento antecipado das dívidas em questão:

- (i) Limitação de distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou similares, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias;
 - (ii) Redução de capital social, exceto para fins de absorção de prejuízos acumulados;
 - (iii) Inadimplemento ou protesto de obrigações pecuniárias(*);
 - (iv) Reorganização societária, excetuada as hipóteses autorizadas(*).
- (*) Observados valores, termos e condições descritos nos documentos de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais nos referidos contratos.

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social, totalmente integralizado, é de R\$6.093, representado em 6.092.915 quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada uma, assim distribuído entre seus quotistas:

	2023		2022	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Ebes Sistemas de Energia S.A.	6.092.914	100,00%	6.092.914	100,00%
Finco Assessoria Financeira Ltda.	1	0,00%	1	0,00%
	6.092.915	100,00%	6.092.915	100,00%

b) Aumentos de capital

Em 30 de abril de 2022, houve o aumento do capital social da Empresa, no valor de R\$21 em decorrência de um contrato de adiantamento para futuro aumento de capital social, firmado em 30 de novembro de 2020. Desta forma, o capital social da Sociedade passou a ser de R\$6.093, dividido em 6.092.915 quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em 2023 e 2022, em decorrência do saldo de prejuízos acumulados, não foi constituída nenhuma reserva legal.

Em 2023, foi realizada a compensação do prejuízo acumulado com o saldo da reserva legal já constituída anteriormente no valor de R\$90 (em 2022, a Empresa apresentou prejuízo, desta forma não foi constituído nenhum valor de reserva legal).

d) Reserva de lucros

A reserva de lucros é formada por lucros retidos e estão à disposição da Administração para distribuição. Em 2022 não havia saldo de lucros acumulado para compensar com o prejuízo apurado no ano. Em 2023 o lucro apurado no exercício foi utilizado para compensar parte do saldo de prejuízos acumulados.

e) Distribuição de dividendos

Em 2023 e 2022, nenhum valor de dividendos foi distribuído.

12 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Receita de locação	17.648	10.020
(-) Impostos sobre receitas	(644)	(365)
	17.004	9.655

13 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2023	2022
Matérias-primas, materiais e serviços terceiros	(82)	(19)
Serviços de terceiros	178	54
Depreciações e amortizações	(2.700)	(2.716)
Despesas tributárias	(6)	(51)
	(2.610)	(2.732)
Custo dos serviços prestados	(2.569)	(1.909)
Gerais, administrativas e vendas	(41)	(823)
	(2.610)	(2.732)

14 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.778	2.145
	<u>1.778</u>	<u>2.145</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(6)	(6)
Juros, multas e descontos	(9.976)	(14.749)
	<u>(9.982)</u>	<u>(14.755)</u>
	<u>(8.204)</u>	<u>(12.610)</u>

15 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Empresa no curso normal dos seus negócios está sujeita a riscos processuais, sobre os quais a Administração apoiada por seus assessores jurídicos avalia anualmente, e, quando necessário, constitui provisões baseadas nessa avaliação sob a melhor estimativa que possuem na oportunidade do evento.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa não detinha nenhum processo com probabilidade de perda provável e possível.

16 GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

	Nota	2023		2022		Mensuração a valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
<u>Valor justo por meio do resultado</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.641	2.641	255	255	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	6	16.017	16.017	16.017	16.017	Nível 2
<u>Custos amortizado</u>						
Partes relacionadas	5	11.634	11.634	3.926	3.926	Nível 2
Passivos financeiros						
<u>Custo amortizado</u>						
Fornecedores		201	201	69	69	Nível 2
Empréstimos e financiamentos	10	77.216	77.216	80.782	80.782	Nível 2
Passivo de arrendamento	8	7.312	7.312	7.262	7.262	Nível 2
Partes relacionadas	5	14.372	14.372	7.162	7.162	Nível 2

a) Considerações sobre riscos

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco da Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento firmado, de natureza financeira ou operacional, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (i)	2.641	255
Partes relacionadas (ii)	11.633	3.926
Títulos e valores mobiliários (iii)	16.017	16.017
	<u>30.291</u>	<u>20.198</u>

(i) Bancos: Esses montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

(ii) Partes relacionadas: A Administração busca mitigar o risco de inadimplência de sua carteira por meio de monitoramento e avaliação periódica individual de seus clientes.

(iii) Títulos e valores mobiliários: Corresponde às cotas subordinadas adquiridas na emissão do CRI.

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Empresa pode incluir referências bancárias.

Os limites de crédito dos clientes não são analisados diretamente na Empresa. Esta análise é realizada na controladora EBES Sistemas de Energia S.A, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para cada cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço de equipamentos de fazenda solar, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos.

Risco de variação cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Empresa é manter níveis de liquidez adequadas para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Empresa não tem risco de liquidez significativo, considerando a sua capacidade de geração de caixa. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar sua liquidez. A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Empresa em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Nota	Valor Contábil	Fluxo financeiro	Menos de 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023								
Passivos								
Fornecedores		201	201	201	-	-	-	201
Empréstimos e financiamentos	10	77.216	133.876	3.028	12.446	65.807	52.594	133.876
Passivo de arrendamento	8	7.312	25.928	243	728	4.853	20.104	25.928
Partes Relacionadas	5	14.372	14.372	-	14.372	-	-	14.372

	Nota	Valor Contábil	Fluxo financeiro	Menos de 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022								
Passivos								
Fornecedores		69	69	69	-	-	-	69
Empréstimos e financiamentos	10	80.783	146.949	2.022	10.631	76.802	57.494	146.949
Passivos de arrendamentos	8	7.262	26.418	239	716	4.776	20.687	26.418
Partes Relacionadas	5	7.162	7.162	7.162	-	-	-	7.162

e) Risco regulatório

A Empresa está sujeita às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota (Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023 e lei 14.300/2022). As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros da Empresa são monitoradas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

f) Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

A Companhia efetuou análises de sensibilidade, elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento indexados ao CDI e IPCA. Os financiamentos com juros pré-fixados não fazem parte desta análise, utilizando como cenários base os índices divulgados por meio de relatório do Banco Central do Brasil ou taxas divulgadas pela B3 Brasil, Bolsa, Balcão, ambas contemplando última disponibilidade de dezembro de 2023.

Operação	Risco	Alta 35%	Alta 20%	Alta 10%	Queda 10%	Queda 20%	Queda 35%
Exposição a índices variáveis							
<u>Ativo</u>							
Aplicações financeiras	Alta/queda CDI	277	274	271	267	265	261
Títulos e valores mobiliários	Alta/queda CDI	13	12	11	9	8	6
<u>Passivo</u>							
Empréstimos e financiamentos	Alta/queda CDI e IPCA	8.302	8.256	8.225	8.164	8.133	8.087
Passivos de arrendamentos	Alta/queda CDI e IPCA	910	905	901	894	891	886

17 COBERTURA DE SEGUROS

Os ativos imobilizados da Empresa estão garantidos por contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

Os contratos de seguro têm vigência de um ano e são renovados anualmente.

Descrição	Limite máximo de indenização	Início vigência	Término vigência
Responsabilidade Civil		02/02/2024	02/02/2025
Obras Cíveis e/ou Serviços de Instalação e/ou Montagem de Máquinas Poluição Súbita e RC Cruzada	75.000		
Riscos operacionais:		29/01/2024	29/01/2025
Danos Materiais - Inclusive incêndios decorrentes de queimadas em zona rural	188.440		
Lucros cessantes			
Riscos de engenharia:		01/02/2024	01/02/2025
Obras Cíveis em construção e/ou instalações e/ou montagens	30.000		

1 Capital segurado poderá ser reintegrado após pagamento de indenização.

2 Capital segurado máximo contemplando UFV individual com potência de 6,65 MWp.